

Governança, Instituições e Desenvolvimento Econômico: Uma Análise para o período 1996-2011. O que mudou com a crise Econômica Mundial de 2008?

Resultado de Investigação Finalizada

GT 13 – Reforma do Estado, Governabilidade e Democracia.

José Alexandre Ferreira Filho
Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP
e-mail: jose.ferreira@unicap.br

RESUMO

A maior parte da literatura considera que o estabelecimento de instituições estáveis, que forneçam maiores níveis de segurança aos direitos de propriedade é o fator-chave para o crescimento econômico, na medida em que cria condições favoráveis para novos investimentos e desenvolvimentos tecnológicos. Nesse sentido, essas boas instituições, ou a chamada boa governança, estariam associadas à manutenção da estabilidade política e econômica. Todavia, pouco foi dito a respeito dos impactos das variáveis de governança sobre o crescimento econômico dos países durante os períodos de crise econômica. Verificamos, para o período 1996-2011, portanto levando em consideração a crise econômica mundial de 2008, a relevância dessas variáveis de governança para o crescimento econômico de alguns países em desenvolvimento – na América do Sul e Leste Asiático. Examinamos também se existe uma forte correlação entre governança e crescimento econômico durante os períodos de crise econômica ou somente para períodos sem crise econômica. Nossos resultados demonstraram que a crise econômica global influenciou esta correlação, contudo, de formas diferentes, dependendo dos níveis de desenvolvimento dos países.

1 – Introdução

O crescimento econômico tem sido um dos temas mais estudados nas ciências sociais. Também é um dos principais objetivos perseguidos pelas sociedades, uma vez que o aumento do nível de produção permite que todos melhorem. Infelizmente, nem sempre isto ocorre e os benefícios são, muitas vezes, assimetricamente distribuídos.

É particularmente significativa a diferença entre as performances econômicas dos países, sendo, desta forma, bastante difícil explicar como um país como os Estados Unidos produz proporcionalmente em uma semana o que leva um ano, aproximadamente, para ser produzido em um país como a Nigéria, como começam comentando em seu artigo, HALL e JONES (1999). Como salienta LUCAS (1988), quando se começa a pensar a respeito desses fatos, é difícil pensar a respeito de algo mais.

A análise do crescimento traz para nossa discussão algumas questões-chave :

1) por que os desempenhos econômicos dos países são tão diferentes, com alguns conseguindo crescer a taxas tão elevadas e outros simplesmente experimentam taxas medíocres, quando não negativas?

2) por que os governos destes últimos países não adotam as mesmas políticas que levaram os países do primeiro grupo a crescer de forma tão expressiva? e 3) Caso isto não seja possível, por que alguns países tem condições de adotar modelos de sucesso e outros não?

Como se sabe, a chamada nova teoria do crescimento econômico, desenvolvida a partir dos trabalhos de ROMER (1986,1990) e LUCAS (1988) destacou de forma seminal os papéis da tecnologia e da educação como os principais fatores determinantes do crescimento, apontando, portanto, tais fatores como principais respostas à primeira pergunta colocada acima.

Contrariamente ao modelo neoclássico de SOLOW (1956), no entanto, os novos modelos, da também chamada teoria endógena do crescimento, não consideram o progresso tecnológico como algo exógeno, ou seja, determinado por fatores alheios aos modelos, mas buscam explicar os determinantes deste progresso tecnológico.

Teoricamente, muitas foram as ideias desenvolvidas, que enfatizaram, além dos aspectos já mencionados (tecnologia e educação), vários outros: a importância do comércio exterior , do nível de desigualdade na distribuição da renda, do papel da infra – estrutura na geração de atividades produtivas, do papel dos gastos governamentais, dentre outros diversos fatores, apontados como determinantes importantes do crescimento econômico. Isto sem mencionar os fatores tradicionais: capital físico e força de trabalho.

Diante da existência de uma grande quantidade de fatores, apontados na literatura, como responsáveis pelo crescimento econômico, alguns autores têm se preocupado em tentar sistematizar suas influências na tentativa de explicar o fenômeno.

Nesta direção, RODRIK (2003), resume em dois conjuntos de fatores : as dotações de fatores (incluídos neste conjunto, capital físico, capital humano e força de trabalho) e a produtividade, determinados endogenamente.

Associados a esses conjuntos de fatores e relacionados entre si estão o comércio exterior e as instituições, considerados parcialmente endógenos (são parcialmente determinados dentro do sistema econômico, tendo, no entanto, também condições exógenas) bem como aspectos geográficos, exógenos ao sistema econômico.

Os aspectos institucionais têm importância fundamental sobre os fatores apontados acima, principalmente os aspectos institucionais que dizem respeito à participação do Estado enquanto empreendedor de políticas públicas que possam desenvolver os fatores determinantes do crescimento ou criar condições favoráveis para que esses fatores sejam desenvolvidos.

Pelo lado empreendedor, podemos citar políticas públicas que incentivem avanços nas áreas de educação (colaborando para a formação de capital humano) e tecnologia. Enquanto facilitador, podemos citar políticas públicas que favoreçam um ambiente propício para estimular o trabalho e o investimento privado, no que HALL e JONES (1999) chamam de infraestrutura.

Por instituições, iremos seguir a ideia simplificadora de PRZEWORSKI (2004), de que as mesmas significam regras (previamente anunciadas ou aprendidas indutivamente), as quais as pessoas esperam que sejam seguidas por sanções (centralizadas ou descentralizadas) em casos de desvios. Em nosso estudo, as instituições políticas e econômicas serão consideradas como variáveis a ser analisadas, ou seja, como as regras que administram as relações políticas e econômicas podem melhorar a performance dos países. Na realidade, nossa discussão tratará de algumas das questões fundamentais acerca da importância do papel desempenhado pelas instituições para o crescimento econômico.

O papel fundamental das instituições para o bom desempenho econômico dos países foi destacado por trabalhos seminais, inclusive com análises históricas extremamente elucidativas quanto às possíveis causas nas diferentes performances econômicas entre os países, como podemos verificar nos clássicos estudos de NORTH (1981,1990).

Este artigo apresenta as seguintes seções: na próxima, analisaremos a importância da governança para o crescimento do ponto de vista teórico, e na seção seguinte, faremos análises empíricas para países do Mercosul e do Leste Asiático, usando dados de governança. Em seguida, abordaremos brevemente a crise financeira mundial iniciada em 2008, tratando na seção seguinte dos efeitos desta crise para as mudanças na governança e no crescimento econômico de diversos grupos de países – desenvolvidos e em desenvolvimento. Considerações finais encerram o trabalho.

2 – Governança e Crescimento

A relação entre governança e instituições tem merecido destaque em vários estudos. Essa relação é particularmente importante porque se as instituições são as regras que determinam como as pessoas se comportam, elas então devem prover os meios (formas de incentivos para favorecer o cumprimento e sanções para o caso de descumprimento) que conduzam as pessoas a se comportarem de acordo com essas regras. Se todas as instituições estão tendo performances efetivamente boas, as pessoas estarão se comportando de forma apropriada no que diz respeito a todas as regras da sociedade. Boa governança e instituições apropriadas seriam, portanto, a mesma coisa.

É muito comum nas linhas de pesquisa associadas à Governança, a utilização sistemática de estudo e dados fornecidos pelo Banco Mundial para apontar, através de seus trabalhos, alternativas de políticas para o crescimento, enfatizando o fortalecimento dos instrumentos institucionais que favoreceriam o investimento internacional, através de uma maior confiança no respeito aos direitos de propriedade e na correta execução das regras da lei (*rule of law*).

Uma questão-chave para se trabalhar da melhor maneira a relação empírica entre governança e crescimento econômico esta relacionada com a desagregação do conceito de governança. Neste sentido, KAUFMANN et al. (2009,2010) apresentam trabalhos que se constituem em grande avanço na direção de apontar a governança não como um conceito único, mas um conjunto de variáveis que devem ser consideradas em seu conjunto. Na realidade, eles mostram 194 medidas de governança, de 17 fontes, e dividem essas variáveis em seis categorias : voz e transparência (voice and accountability) – VA, estabilidade política (Political Stability) – PS, eficiência governamental (Government Effectiveness) – GE , qualidade de regulação (Regulation Quality) - RQ, regras da lei, ou segurança jurídica (rule of law) – RL e controle da corrupção (Control of Corruption) – CC. Esses seis conjuntos de indicadores procuram mostrar os processos pelos quais a autoridade em cada país é exercida e são agrupados da seguinte forma:

- A) Indicadores dos processos pelos quais aqueles com autoridade pública são selecionados e substituídos, ou seja, indicadores relacionados ao que a literatura se refere como voz e transparência (voice and accountability) e estabilidade política e ausência de violência / terrorismo
- B) Indicadores da capacidade dos governos de formular e implementar políticas, ou seja, geralmente reconhecidos como indicadores de efetividade governamental e qualidade de regulação
- C) Indicadores do respeito que os cidadãos e o estado tem pelas instituições que governam as interações entre eles, refletindo as variáveis associadas com as regras da lei e o controle da corrupção

Os questionários aplicados nas diversas pesquisas contêm perguntas relacionadas com os seis conjuntos de indicadores. Podemos exemplificar com algumas questões feitas para especialistas sobre diversos aspectos:

- A) o governo interfere nos investimentos privados ?
(pergunta associada com a qualidade da regulação)
- B) quão transparente e justo é o sistema legal ?

(pergunta associada com as regras da lei , *rule of law*)

C) qual é o risco de golpe de estado, guerra civil, organizações criminosas ou terroristas abalarem a estabilidade política, através do uso de violência ?

(pergunta associada com a estabilidade política e ausência de violência)

D) quão severa é a burocracia governamental ao tratar das questões envolvendo o setor privado?

(pergunta relacionada com a qualidade da regulação)

E) qual é o risco de perda de investimentos externos diretos por conta da corrupção ?

(pergunta ao controle da corrupção)

F) quais são os níveis de liberdade de imprensa, de associação e de expressão ?

(pergunta associada ao nível de voz e transparência, *voice and accountability*)

G) qual é o percentual de suborno necessário para “ter as coisas resolvidas”?

(pergunta associada ao controle da corrupção)

H) qual é o nível de transparência das informações dadas pelo governo ?

(pergunta associada a efetividade do governo)

I) quais são os níveis de facilidade ao acesso e qualidade dos serviços públicos

(pergunta associada a efetividade do governo)

3 – Governança e Crescimento : Evidência Empírica para o Brasil, Mercosul e Leste Asiático

Para avaliar os impactos das variáveis de governança sobre o crescimento econômico, utilizaremos a equação abaixo:

$Y_{it} = a K_{it} + b H_{it} + c A_{it} + \alpha_j G_{jit} + \epsilon_t$ (1), onde:

Y, K, H e A, são respectivamente, a taxa de crescimento da renda per capita, os investimentos, o nível de educação e a abertura comercial.

Com exceção do nível de educação que foi retirado de BARRO e LEE (2010), as outras variáveis foram obtidas na PENN TABLES (2013).

G_{jit} são as variáveis de governança, utilizadas para países j no tempo t, .

Os resultados são apresentados a seguir:

Brasil, Argentina e Chile

Utilizamos os dados conjuntos de Brasil, Argentina e Chile, para o período 1996-2011. Os resultados mostraram as influências positivas e significantes, respectivamente, aos níveis de 1 e 4 por cento, das variáveis relacionadas aos indicadores de governança, Efetividade (ou eficiência) Governamental (*government effectiveness*) e Voz e Transparência (*voice and accountability*), resultados que caminham no sentido mais encontrado na literatura, ou seja, indicadores de maior nível de democracia, transparência e eficiência governamental favorecem o crescimento.

Por outro lado, verificamos, ao contrário do que normalmente é apontado nos trabalhos sobre crescimento e governança, que as variáveis Regras da Legislação, ou Segurança Jurídica (*rule of law*) e qualidade da regulação (*regulatory quality*) tiveram associações negativas e significantes, ambas ao nível estatístico de 6 por cento, com as taxas de crescimento das rendas per capitas de Brasil, Argentina e Chile.

Podemos interpretar essa relação negativa considerando que a rigidez da estrutura jurídica e da regulação dificulta o surgimento de reformas, uma vez que quanto maior a garantia de segurança

jurídica, maior a certeza de que a lei não mudará, mesmo que sejam necessárias reformas para garantir as políticas voltadas para o crescimento.

Mercosul

Para o caso do Mercosul, fizemos uma análise semelhante à anterior, acrescentando Uruguai e Paraguai na série temporal com corte transversal. Os resultados Segurança Jurídica (Rule of Law) mais uma vez é negativa e significativa estatisticamente relacionada com as taxas de crescimento, agora ao nível de 8 por cento. A eficiência governamental (Government Effectiveness) é, como esperado, positivamente relacionada com o crescimento e significativa ao nível de 5 por cento.

Leste Asiático e Leste Asiático com Mercosul

Os resultados para os países do Leste Asiático (Cingapura, Coréia do Sul, Hong Kong e Taiwan) corroboraram a relação negativa entre a variável Regras da Lei, ou Segurança Jurídica (Rule of Law) e as taxas de crescimento das rendas per capita para os países da região, desta vez a um nível de significância ainda maior, do ponto de vista estatístico, ou seja, a 1 por cento. Neste caso, as variáveis associadas com os indicadores de governança Estabilidade Política e Qualidade da regulação, como na maioria da literatura, apresentaram relação positiva e significativa aos níveis, respectivamente, de 7 e 1 por cento. Quando somamos os países do Mercosul aos países do Leste Asiático, formando uma série temporal com corte transversal ainda maior, o resultado continua o mesmo em relação à variável Rule of Law (Segurança Jurídica ou Regras da Lei), ou seja, negativa e altamente significativa (ao nível de 1 por cento) relacionado com as taxas de crescimento das rendas per capita dos países componente da série.

Resumindo o que foi explicado acima podemos observar os resultados na tabela abaixo:

Tabela 1 – Significância e Sinal das variáveis de Governança (1996-2011)

Variável	Argentina, Brasil e Chile	Mercosul e Chile	e Leste Asiático	Mercosul e Leste Asiático
RL	- (1%)	- (8%)	- (5%)	- (1%)
RQ	- (5%)		+ (1%)	+ (7%)
GE	+(1%)	+ (5%)		
VA	+(1%)			
PS			+ (7%)	

Fonte: Cálculos do autor

4 – A Crise Econômica Mundial de 2008

A crise econômica do final dos anos 2000 fez muitos países sofrerem política e economicamente, como resultado de fragilidades na infraestrutura econômica, tanto no nível local como global. A Ausência de regulação para organizar os mercados financeiros (Bernanke, 2009; Reinhart & Rogoff, 2009) e a ausência de crescimento econômico sustentado que poderia ter minimizado o impacto da crise (Acha, 2011; Aikins, 2009; Mayer- Foulkes, 2009) foram os principais fatores que contribuíram para as fraquezas e instabilidades das economias nacionais e da própria

economia mundial, resultando na vulnerabilidade das economias locais face à crise econômica global (Albassam, 2012b; Baily & Elliot, 2009; Bernanke, 2009)

O termo Crise Econômica refere-se ao declínio geral da atividade econômica caracterizado pela queda do Produto Interno Bruto (PIB), pela falta de liquidez, e por altas taxas de desemprego (Begg et al., 2009; Gressani & Kouame, 2009; Sirimanne, 2009). De forma global, uma crise econômica resulta em reduções nos investimentos e no comércio internacional (Claessens & Kose, 2009; National Bureau of Economic Research [NBER], 2012). Adicionalmente, uma crise econômica pode levar à recessão, o que ocorreu em muitos países por vários anos. De acordo com o NBER (2003), dois trimestres consecutivos de crescimento econômico negativo significam que uma economia está em recessão. É importante ressaltar que leva tempo para uma economia se recuperar das influências negativas de uma recessão (Aikins, 2009; Cerra & Saxena, 2008; Langmore & Fitzgerald, 2010). Apesar de os impactos da crise econômica terem variado entre os países (em geral, alguns países exportadores de petróleo não sofreram com a crise na mesma extensão dos demais países), é certo que quase todos os países foram atingidos de uma forma ou de outra pela crise financeira que teve início em setembro de 2008 (Gressani & Kouame, 2009; Sirimanne, 2009; United Nations Conference on Trade and Development [UNCTD], 2009).

Um número significativo de países pediu ajuda financeira ao FMI, ao Banco Mundial e a economia fortes, como a China, em função da crise, a partir de (IMF, 2010; World Bank, 2012a). Finalmente, muitos países tomaram decisões políticas e econômicas em resposta à crise, como o “the Emergency Economic Stabilization Act” de 2008 nos Estados Unidos (Baily & Elliot, 2009; Simkovic, 2011; Yap et al., 2009). Desta forma, 2008 é considerado neste trabalho como sendo o início da crise econômica mundial. Embora 2008 seja considerado o ano inicial da crise, é importante perceber que a crise econômica global foi resultado de eventos anteriores, como as bolhas imobiliárias de 2006 e 2007 (Bernanke, 2009; Davidoff & Zaring, 2008; Reinhart & Rogoff, 2009). Além disto, também é relevante destacar que os impactos da crise foram sentidos de forma diferente pelos países. Alguns, como Irlanda, Grécia e Espanha tiveram que enfrentar turbulências políticas e econômicas massivas após a crise, enquanto outros, como os ricos exportadores de petróleo e a China sentiram as consequências através da queda no crescimento econômico (Gressani & Kouame, 2009; Sirimanne, 2009).

5 – Evidências Empíricas Depois da Crise Econômica Mundial de 2008: Dados, Metodologia de Pesquisa, Resultados e Discussão.

5.1 – Dados e Metodologia de Pesquisa

Foram utilizados nesta análise dados de governança e do crescimento do Produto Interno Bruto dos Países (PIB), da mesma forma que nas análises das seções precedentes. Notadamente, os mesmos seis indicadores de governança: 1) voz e transparência (voice and accountability) 2) instabilidade política e violência (political instability and violence), 3) qualidade da regulação (regulatory quality) , 4) controle da corrupção , 5) efetividade governamental (Government Effectiveness) e 6) regras da lei (rule of law) (Kaufman et al., 2009, 2010).

O nível do impacto da crise econômica atual na relação entre governança e crescimento econômico deve variar entre os diversos indicadores. A disponibilidade de seis indicadores permite aos tomadores de decisões e pesquisadores o entendimento da relação de cada aspecto com o crescimento econômico durante os períodos de crise. Também é importante notar que este trabalho também permite verificar se o comportamento da relação entre governança e crescimento econômico é o mesmo em tempos normais e em tempos de crise.

Foram selecionados países de acordo com os níveis dos Índices de Desenvolvimento Humano das nações Unidas (IDH) – em quatro categorias: Nível Muito Elevado, Nível Elevado, Nível Médio e

Nível Baixo (UNDP, 2010). As Nações Unidas usam o IDH para medir fatores de desenvolvimento como o nível de educação e as condições de saúde (expectativa de vida). O principal objetivo desta seção é saber se a crise econômica mundial de 2008 afetou a relação entre governança e crescimento econômico de acordo com o nível de desenvolvimento dos países. Para isto, comparamos a relação antes (2006-2008) e depois (2009-2011) do começo da crise. Caso a natureza da relação mude após a crise, haverá uma indicação de que a crise interferiu nesta relação. Caso contrário, a crise não terá alterado a mesma. Foram realizadas seis correlações entre o crescimento do PIB e os indicadores de governança para cada um dos quatro grupos de países de acordo com os níveis de IDH mencionados: 46 classificados como tendo muito alto nível de IDH (GRUPO 1), 45 de alto nível (GRUPO 2), 47 de nível médio (GRUPO 3) e 46 de nível baixo (GRUPO 4).

5.2 – Resultados e Discussão

Inicialmente, na tabela 5, abaixo, são apresentadas as correlações entre o crescimento do PIB e cada um dos seis indicadores de governança, usando dados de 2006 a 2011. Verificamos fortes e significantes correlações positivas entre cada um dos indicadores e o crescimento do PIB, após o início da crise econômica, com todos os coeficientes de correlação acima de 0,50 ao nível de significância de 1 por cento – $\alpha = 0.01$. Essas relações significantes não mudam consideravelmente a partir da crise global.

Tabela 2: Correlações entre todas as variáveis de Governança e o Crescimento do PIB para todos os Países

Time Periods	CC e PIB	GE e PIB	PS e PIB	RL e PIB	RQ e PIB	VA e PIB
1996-2011	0,76*	0,77*	0,57*	0,74*	0,74*	0,47*
1996-1998	0,76*	0,76*	0,56*	0,73*	0,74*	0,46*
1999-2011	0,76*	0,78*	0,57*	0,76*	0,74*	0,49*

Nota: * Significante ao nível de 1 por cento – $\alpha = 0.01$

Fonte: cálculos do autor

A influência do nível de desenvolvimento das nações para a relação entre governança e crescimento econômico durante os períodos de crise é apresentada na tabela 6, abaixo. Em países com muito alto nível de desenvolvimento (GRUPO1), foram encontrados coeficientes de correlação fortes, significantes e positivos entre o crescimento do PIB e o Controle da Corrupção (CC), enquanto que foram encontradas correlações moderadas entre o crescimento do PIB e os demais indicadores de governança, com a exceção da voz e representatividade (voice and accountability – VA) para todo o período considerado. O coeficiente de correlação entre o crescimento do PIB e VA para o grupo1 foi significativo, apesar de fraco e negativo. Após a crise econômica mundial, a relação entre os indicadores de governança e o crescimento do PIB tornou-se mais positiva comparada com o período anterior á crise; contudo, VA é o único indicador com coeficiente não significativo após o início da crise.

Nos países de alto nível de desenvolvimento (Grupo 2), significantes, positivas, e moderadas relações foram encontradas entre o crescimento do PIB e CC (Controle da Corrupção), e Regaras da lei, ou Segurança Jurídica – rule of law (RL), ao passo que significantes, positivas, and fracas relações foram encontradas entre o crescimento do PIB e a Eficiência Governamental – government effectiveness (GE), Estabilidade Política – political stability (PS), e Qualidade da Regulação – regulatory quality (RQ). A relação entre VA e o crescimento do PIB não foi significativa. Em contraste,

após o início da crise econômica, as relações encontradas não foram modificadas substancialmente, com a exceção da relação entre RQ e o crescimento do PIB, que falhou ao nível de 1 por cento.

Nos países de nível de desenvolvimento médio, (Grupo 3), significantes, fracas, e negativas relações foram encontradas entre o crescimento do PIB e GE, assim como para VA. Uma correlação significativa, fraca, e positiva foi encontrada entre a estabilidade política – PS e o crescimento do PIB. As relações antes da crise econômica mundial foram significantes em apenas um caso: a relação de mesma magnitude entre PS e o crescimento do PIB. Finalmente, as séries de relações para o período posterior à crise não apresentaram significância estatística.

Para os países de baixo nível de (Grupo 4), também foram encontrados poucos resultados significantes. Foi encontrada uma significativa, negativa, embora fraca relação entre o crescimento do PIB e CC, enquanto uma significativa, fraca, e positiva relação entre o crescimento do PIB e RQ foi encontrada. As relações para o período antes da crise não apresentaram significância, ao passo que as relações para o período após a crise foram, de forma similar, fracas e negativas entre o crescimento do PIB e CC ao nível de significância de 1 por cento.

Tabela 3: Valor de R (Correlação) para Países com Diferentes Níveis de Desenvolvimento

Período	Grupos	CC e PIB	GE e PIB	PS e PIB	RL e PIB	RQ e PIB	VA e PIB
06-11	Grupo 1	0,52*	0,42*	0,40*	0,40*	0,32*	0,17*
06-08	Grupo 1	0,48*	0,39*	0,38*	0,37*	0,31*	0,19*
09-11	Grupo 1	0,58*	0,48*	0,43*	0,45*	0,33*	0,13
06-11	Grupo 2	0,36*	0,28*	0,26*	0,37*	0,20*	0,05
06-08	Grupo 2	0,40*	0,30*	0,28*	0,39*	0,23*	0,03
09-11	Grupo 2	0,30*	0,26*	0,23*	0,33*	0,13	0,09
06-08	Grupo 3	-0,08	-0,13*	0,17*	-0,05	-0,03	0,17*
06-11	Grupo 3	-0,07	-0,11	0,17*	-0,05	0,00	0,16
09-11	Grupo 3	-0,09	-0,16	0,17	-0,04	-0,07	0,20
06-11	Grupo 4	-0,18*	0,10	0,06	-0,04	0,14*	0,06
06-08	Grupo 4	-0,14	0,11	0,07	-0,05	0,14	0,08
09-11	Grupo 4	-0,23*	0,09	0,04	-0,02	0,13	0,03

Nota: * Significante ao nível de 1 por cento – $\alpha = 0.01$

Fonte: cálculos do autor

6 – Conclusões

A literatura tem demonstrado a existência de importantes impactos das variáveis institucionais e de governança para o crescimento econômico dos países. Todavia, pouco foi dito a respeito destes impactos durante os períodos de crise econômica. Neste sentido, o presente artigo verificou, para o período 1996-2011, portanto levando em consideração a crise econômica mundial de 2008, a importância das variáveis de governança para o crescimento de alguns países em desenvolvimento – na América do Sul e Leste Asiático. Examinamos também se existe uma forte correlação entre governança e crescimento econômico durante os períodos de crise econômica ou somente para períodos sem crise econômica. Nossos resultados demonstraram que a crise econômica global influenciou esta correlação, contudo, de formas diferentes, dependendo dos níveis de desenvolvimento dos países. Em países com níveis muito elevados de desenvolvimento humano, todas as correlações entre governança e crescimento econômico foram significantes após o início da crise econômica mundial de 2008, com a

exceção da relação entre o indicador VA (Voice and Accountability) – Voz e Representatividade e crescimento econômico. Para países com alto nível de desenvolvimento humano, o mesmo ocorreu, apenas sendo necessário adicionar à exceção mencionada, a falta de significância estatística entre a variável RQ (Regulatory Quality) – Qualidade da regulação e crescimento econômico. Em nações com índice de desenvolvimento humano médio, nenhuma das correlações entre os indicadores de governança e o crescimento econômico foi significativa após a crise econômica global de 2008. Finalmente, em nações com baixos índices de desenvolvimento humano, CC (Control of Corruption) – Controle da Corrupção foi o único indicador que apresentou uma correlação significativa com o crescimento econômico após o início da crise econômica mundial. Os resultados, portanto, indicam que países em desenvolvimento, como os da América do Sul e do Leste Asiático apresentam uma contribuição significativa das variáveis de governança para o crescimento econômico, tanto em períodos de normalidade, como em períodos de crise econômica, como a verificada a partir de 2008.

Referências Bibliográficas

- Acha, I. (2011). Financial Derivatives, Global Economic Crisis and Less Developed Countries (LDCs). *Journal of Economics and International Finance*, 2(9), 508-512.
- Adam, R. (2003). Economic Growth, Inequality, and Poverty Findings from a New Data Set. The World Bank (**Policy Research Working Paper No. 2972**).
- Aikins, S. K. (2009). Global Financial Crisis and Government Intervention: A Case for Effective Regulatory Governance. *International Public Management Review*, 10 (2), 23-43.
- Albassam, B. (2012a). The Influence of the Economic Crisis on the Relationship between Governance and Economic Growth. (Unpublished doctoral dissertation). Florida Atlantic University, Boca Raton, FL, USA.
- Albassam, B. A. (2012b). Money Talks: The Influence of Economic Crisis on Global Governance. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 3 (2), 117-128.
- BARRO, R. e LEE, J. International data on Education Attainment : Updates and Implications. Working Paper n. 42. Cambridge, MA. Center for International Development, Harvard University. 2010.
- Baily, M. N., & Elliott, D. J. (2009). *The U.S. Financial and Economic Crisis: Where Does It Stand and Where Do We Go From Here?* The Brookings Institution, Fixing Finance Series (Working # 7). Retrieved 03-06-2012 from http://www.brookings.edu/papers/2009/0615_economic_crisis_baily_elliott.aspx.
- Begg, D., De Grauwe, P., Canova, F., Fatas, A., & Lane, P. (2002). *Surviving the Slowdown (Monitoring the European Central Bank No.4)*. London, UK: Centre for Economic Policy Research.
- Bernanke, B. S. (2009, April 14). *Four Questions about the Financial Crisis*. Speech presented At the Morehouse College, Atlanta, Georgia.
- Cerra, V., & Saxena, S. (2008). Growth Dynamics: The Myth of Economic Recovery. *American Economic Review*, 98 (1), 439-457.
- Claessens, S., & Kose, M. A. (2009). What Is a Recession? *Finance and Development*, 46 (1), 52-53.

- Gressani, D., & Kouame, A. T. (2009). *The Global Financial & Economic Crisis: Transmission Channels & Policy Response in the Arab World*. MENA Learning and Knowledge, (World Bank Quick Note No. 1). Retrieved 09-21-2010 from http://siteresources.worldbank.org/INTMENA/News%20and%20Events/22073725/Quick_Note_1.pdf.
- HALL, R. e JONES, C. Why do Some Countries Produce so Much Output per Worker than Others ? **Quarterly Journal of Economics**, v, 114, n. 1, p. 83-116. 1999.
- Kaufmann, D., & Kraay, A. (2002). *Growth without Governance [with Comments]*. *Economía*, 3(1), 169-229.
- Kaufmann, D., Kraay, A., & Mastruzzi, M. (2010). *The Worldwide Governance Indicators: Methodology and Analytical Issues* (World Bank Policy Research Working Paper No.5430). Washington, DC: The World Bank.
- Kaufmann, D., Kraay, A. and Mastruzzi, M. (2009). *Governance matters 2009: Learning From Over a Decade of the Worldwide Governance Indicators*. Retrieved 2/10/10 from <http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.asp>.
- LUCAS, R. On The Mechanics of Economic Development . **Journal of Monetary Economics**, v. 22, n. 1, p. 3-42. 1988.
- Langmore, J., & Fitzgerlad, S. (2010). Global Economic Governance: Addressing the Democratic Deficit. *Development*, 53(3), 390–393.
- Mayer-Foulkes, D. A. (2009). Long-Term Fundamentals of the 2008 Economic Crisis. *Global Economy Journal*, 9 (4), 1-24.
- National Bureau of Economic Research (NBER). (2003, October 21). *Business Cycle Dating Committee*. Retrieved 03-08-2012 from <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2009/03/pdf/fd0309.pdf>
- NORTH, D. **Structure and Change in Economic History**. New York. W. W. Norton. 1981.
- _____. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance** . Cambridge. Cambridge University Press. 1990.
- PENN TABLES – Summers e Heston PENN World Tables. 2013. From: <http://pwt.econ.upenn.edu/>
- PRZEWORSKI, A. **Are Institutions a Deeper Cause Economic Development?**. Department of Politics. New York University. 2004. From <http://www.nyu.edu/gsas/dept/politics/faculty/przeworski>.
- Reinhart, C. M., & Rogoff, K. S. (2009). *This Time is Different: Eight Centuries of Financial Folly*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- RODRIK, D. **In Search of Prosperity: Analytic Narratives on Economic Growth**. New Jersey. Princeton University Press. 2003.

ROMER , P. Increasing Returns and Long Run Growth. **Journal of Political Economy** , v. 94, n. 5, p. 1002-1037. 1986.

_____ Endogenous Technological Change. **Journal of Political Economy**. v. 98, n. 5, p. 71-102. 1990.

Sirimanne, S. (2009). Emerging issue: The gender perspectives of the financial crisis.

Commission on the Status of Women Fifty-third session, New York, 2 - 13 March, United Nations. Retrieved 03-24-2010 from

http://www.un.org/womenwatch/daw/csw/csw53/panels/financial_crisis/Sirimanne.formatted.pdf.

SOLOW R. A contribution to the Theory of Economic Growth. **Quarterly Journal of Economics** . v. 70, n. 1, p. 65-94. 1956.

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTD) (2009). *World Investment Report 2009*. New York, NY: United Nations Publications. Retrieved 03-23-2010 from http://unctad.org/en/docs/wir2009_en.pdf

United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (UNESCAP). (2009). *What is Governance?* Retrieved 02/10/2011 from

<http://www.unescap.org/pdd/prs/ProjectActivities/Ongoing/gg/governance.pdf>.

Yap, J. T., Reyes, C. M., & Cuenca, J. S. (2009). *Impact of the Global Financial and Economic Crisis on the Philippines*. Philippine Institute for Development Studies (Discussion Paper Series NO. 2009-30). Retrieved 02-24-2011 from

http://www.unicef.org/socialpolicy/files/Impact_of_the_Global_Financial_and_Economic_Crisis_on_the_Philippines.pdf.